



**Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

## **Relatório**

XII Legislatura – 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa

**Coordenadora do  
Grupo de Trabalho:  
Isilda Aguincha**

---

**Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens**

## ÍNDICE

Nota Prévia

Introdução

Mandato do Grupo de Trabalho

Constituição do Grupo de Trabalho

Desenvolvimento do Programa

Calendário do Programa

Participação dos Deputados

Análise das Alterações dos Regulamentos: Básico e Secundário

Publicidade do Programa, impacto na sociedade e na comunicação social

Notas Finais da Coordenadora do Projeto

Avaliação da Edição 2011/2012 do Programa pela Consultora do Projeto

Sugestões/Contributos

Propostas de alteração aos Regimentos das Sessões

Temas para a edição 2012/2013

Conclusões

Anexos

## **Nota Prévia**

O Presente relatório foi elaborado tendo em atenção:

A reflexão e recolha de elementos dos membros do Grupo de Trabalho;

As informações recolhidas junto dos deputados dos diversos Grupos Parlamentares que estiveram envolvidos nas Sessões do Parlamento dos Jovens, da edição 2011/2012;

O Relatório de execução da Coordenadora do Programa, Dra. M<sup>a</sup>. José Afonso;

O Relatório da Consultora do Programa, Dra. Julieta Sampaio;

A experiência e os contributos resultantes da participação e acompanhamento das diversas fases do Programa, nomeadamente das Sessões Escolares e Distritais, contacto com alunos participantes, professores e técnicos da Direção Regional de Educação e dos Serviços Regionais do Instituto Português da Juventude, agora Instituto Português do Desporto e Juventude, assim como dos Serviços do Parlamento.

## **Introdução**

O Programa “Parlamento dos Jovens” é uma iniciativa institucional da Assembleia da República que data de 1995, ano de arranque do projeto “Parlamento das Crianças e dos Jovens”.

Esta iniciativa é desenvolvida em parceria com o Ministério da Educação e Ciência, através das Direções Regionais de Educação; as Secretarias Regionais que tutelam a educação e a juventude nos Açores e na Madeira; a Secretaria de Estado do Desporto e Juventude, através do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ, I.P.).

A Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas apoia a participação dos jovens dos círculos da Europa e Fora da Europa em ambas as Sessões.



## **Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

O Programa dirige-se a jovens dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e desenvolve-se ao longo do ano escolar, terminando com as Sessões Nacionais que se realizam na Assembleia da República.

Regista-se, ainda, que o Gabinete do Parlamento Europeu é parceiro da AR e do IPDJ, I.P. na organização do concurso Euroscola que se articula com o Parlamento dos Jovens do Ensino Secundário.

É competência da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura definir, anualmente, as orientações deste programa que tem como objetivos:

Educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política;

Dar a conhecer a Assembleia da República e as regras do debate parlamentar;

Promover o debate democrático, o respeito pela diversidade de opiniões e pelas regras de formação das decisões;

Incentivar a reflexão e debate sobre um tema, definido anualmente;

Proporcionar a experiência de participação em processos eleitorais;

Estimular a capacidade de expressão e argumentação.

O Regimento do Programa inspira-se nas regras de funcionamento do Regimento da Assembleia da República, respeitando-se a autonomia dos jovens em todas as fases do projeto

Os Temas escolhidos e em debate no ano letivo 2011-2012 foram:

Ensino Básico - Redes Sociais: combate à discriminação;

Ensino Secundário - Redes Sociais: participação e cidadania.

### **Mandato do Grupo de Trabalho**

- Acompanhamento e organização do programa, designadamente a coordenação da participação dos Deputados nas diversas fases;



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Apresentação de relatório (até 30 de Junho de 2012), com propostas de melhoria do programa.

### Constituição do Grupo de Trabalho

<b>Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens</b>		
<b>PSD</b>	<b>Dep. Isilda Aguincha</b>	<b>Coordenadora</b>
<b>PSD</b>	Dep. Emília Santos	
<b>PS</b>	Dep. Carlos Enes	
<b>CDS/PP</b>	Dep. Michael Seufert	
<b>PCP</b>	Dep. Rita Rato	
<b>BE</b>	Dep. Ana Drago	
<b>PEV</b>	Dep. Heloísa Apolónia	

### Desenvolvimento do Programa

O Programa organiza-se em três fases, tanto para o Ensino Básico como para o Ensino Secundário: Sessões Escolares, Sessões Distritais ou Regionais e Sessões Nacionais.

No presente ano, e pese embora algum atraso no início das atividades, por força do processo eleitoral e consequente instalação do Parlamento, no final do prazo para manifestação de vontade de participação das Escolas registavam-se 797 inscrições.

A preocupação manifestada, em documento enviado para a CECC, sobre a impossibilidade de se concretizarem as ações de apoio às escolas por falta de



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

afetação de docentes às Equipas de Apoio às Escolas revelou-se não significativa, devendo ser feito o reconhecimento pelo empenho e dedicação por parte dos docentes envolvidos no processo que obviaram às dificuldades.

Tendo-se verificado algumas desistências, por dificuldades reportadas, regista-se a disponibilidade e empenho dos diversos intervenientes, nomeadamente pela resposta positiva a solicitações que surgiram após os prazos de inscrição, assim como pelas situações de substituição ou ajustamento, por parte dos deputados, o que permitiu dar resposta satisfatória às diversas situações.

O mapa elaborado pela Equipa do Programa, que se apresenta de seguida, revela a evolução da participação no Programa face às duas edições anteriores:

Elementos considerados	Básico			Secundário			Totais B+S	Totais B+S	Totais B+S
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Edições do Parlamento dos Jovens									
Escolas participantes	403	442	426	322	337	371	725	779	797
Turmas envolvidas	1893	2334	2030	1626	1749	3498	3519	4083	5528
Alunos participantes nas listas eleitorais	11959	17902	17253	8376	9517	9626	20335	27419	26882
Votantes nas eleições para as Sessões Escolares	93212	110336	98674	55319	61654	59109	148531	171990	157783
Deputados eleitos para as Sessões Escolares	8289	11654	8179	5472	6180	5859	13761	17834	14038
Alunos participantes nas Sessões Distritais/Regionais, eleitos nas Sessões Escolares	1352	1499	1329	1158	1182	1216	2510	2681	2545
Nº de Escolas eleitas para a Sessão Nacional	65	64	65	65	63	64	130	128	129
Alunos eleitos para a Sessão Nacional	130	130	130	130	126	128	260	256	258

Conforme o Relatório da Equipa do Parlamento dos Jovens, “a análise da participação das Escolas revela uma evolução muito positiva”, sendo esta “resultante de vários fatores, dos quais são destacados:



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- a) *O acolhimento por parte das parcerias (DRE – através das respetivas coordenadoras das Direções Regionais de Educação) das ações e metodologias propostas pela coordenação da AR e adotadas pelas Parcerias, que se traduziram no sucesso evidente e real, confirmado pelo elevado número de Escolas inscritas (797), refletindo a eficácia do acompanhamento e apoio de que foram alvo prioritário os professores, agentes impulsionadores, numa primeira fase, junto da Direção das Escolas e, numa segunda fase, junto dos jovens.*
- b) *A postura dinamizadora e atenta das parcerias e a perfeita sintonia quanto às metodologias e objetivos a prosseguir, que se verificou existir entre as DRE e o IPDJ, resultou no aprofundamento da colaboração entre estes parceiros, com especial incidência no âmbito das ações realizadas ao nível distrital, especialmente a complexa organização das referidas sessões, resultante do elevado número de Escolas participantes e subsequente apoio logístico, designadamente espaço adequado para a realização das sessões, transporte e refeições, entre outros aspetos, em que o empenho e a sintonia dos parceiros muito contribuíram para o sucesso do programa.*
- c) *O claro reconhecimento, por parte das instituições do sector da Educação, do interesse pedagógico do programa e do respetivo contributo para o desenvolvimento de competências dos alunos, ao nível da participação cívica, capacidade de argumentação e aprendizagem sobre as regras da democracia.*
- d) *Empenhamento especial das Direções Regionais de Educação e Juventude das Regiões Autónomas – Açores e Madeira – no sentido de manter o número de Escolas a participar no Programa, apesar das dificuldades inerentes à insularidade projetadas nomeadamente nos encargos significativos que resultam das deslocações entre ilhas, aquando da realização das sessões regionais e para o Continente, aquando das sessões nacionais.”*

Relativamente à participação das Escolas dos círculos da Europa e de Fora da Europa, é registado “o interesse no Programa por parte da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas que, à semelhança do que aconteceu nas edições anteriores do programa, procedeu à divulgação atempada da abertura das inscrições, que se traduziu na presença e participação das Escolas da Europa e de Fora da



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

*Europa nos dois graus de ensino, e assumiu os encargos inerentes às deslocações à Sessão Nacional.”*

É notado que *“a verificar-se no futuro um aumento substancial de inscrições, devem acautelar-se algumas regras para a seleção, tendo em conta as despesas elevadas associadas às deslocações.”*

### **Calendário do Programa**

No que concerne ao Calendário do programa, é dada nota, *“enquanto marca muito importante e positiva desta edição do programa”* do assinalar do *“integral cumprimento de todas as ações previstas para as várias fases do programa, bem como também o rigoroso cumprimento dos prazos estabelecidos para cada uma delas.”*

A Equipa manifesta satisfação pelo *“êxito da planificação estruturada com base numa pesquisa e análise cuidada do calendário letivo para garantir a inexistência de coincidências de datas de testes intermédios do ensino secundário/básico com as Sessões Distritais e com as Sessões Nacionais, o que a acontecer poderia pôr em causa a realização das mesmas e o êxito com que se concluíram.”*

Não pode, contudo, ignorar-se a necessidade que as Escolas tiveram de obviar a algumas das coincidências que punham em causa a viabilidade da participação dos alunos em ações do programa, designadamente aquando da realização das sessões distritais, por força da calendarização dos testes intermédios.

De igual modo, a coincidência de provas com a Sessão Nacional do Ensino Básico implicou que as Escolas, no âmbito da sua autonomia e boa vontade, encontrassem soluções que minimizassem eventuais prejuízos quer para os alunos quer para o Programa.

Assim, na sequência de contato com o Gabinete de Sua Excelência a Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, ficou assente a realização de diligências com a respetiva Chefe de Gabinete, logo que exista uma proposta de calendário para o próximo ano letivo, de modo a *“garantir o devido ajustamento do calendário das sessões do programa Parlamento dos Jovens com o calendário de testes intermédios, provas finais e exames do Ensino Básico e Secundário para 2012/2013”*.





## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### Participação dos Deputados

O Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens, criado no âmbito da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, coordenou a participação dos deputados nos debates a convite das Escolas, *“que se realizaram durante os meses de Novembro de 2011 a Fevereiro de 2012, totalizando 310 convites por parte das Escolas, totalmente correspondidos, registando-se a participação de deputados de todos os Grupos Parlamentares, conforme registo no quadro anexo, o que representa uma taxa de realização de 100%, porquanto corresponderam à totalidade dos convites, verificando-se mais uma vez uma resposta excelente por parte dos deputados da Assembleia da República, à semelhança do que têm vindo a acontecer em edições anteriores do Parlamento dos Jovens.”*

Dá-se ainda nota da participação dos deputados noutras fases do programa, *“nomeadamente nas 20 Sessões Distritais, do Ensino Básico e do Ensino Secundário, realizadas nos círculos eleitorais e nas regiões autónomas, no período compreendido entre 27 de fevereiro e 20 de março, bem como nas 2 Sessões Nacionais – básico e secundário – que tiveram lugar a 7 e 8, 28 e 29 de Maio, respetivamente, sublinhando-se que também nestas duas fases os objetivos foram plenamente atingidos, conforme se comprova pela leitura do quadro seguinte.”*

N.º de intervenções de Deputados	PSD	PS	CDS-PP	PCP	BE	PEV	Totais
Debates nas Escolas	155	91	32	22	9	1	310
Sessões Distritais/Regionais	21	13	4	2	-	-	40
Sessões Nacionais	10	6	4	4	4	2	30

Destaca-se e valoriza-se, uma vez mais, a disponibilidade demonstrada pelos senhores deputados dos diversos Grupos Parlamentares, para corresponderem às solicitações das Escolas participantes, o que muito contribuiu e contribui para o êxito da edição e para o prestígio do Parlamento.



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### **Análise das Alterações dos Regulamentos: Básico e Secundário**

*“O consenso de todos os parceiros, revelado aquando da apresentação das propostas para a edição ora em análise, nomeadamente quanto ao dever do Professor Coordenador cumprir integralmente todas as etapas que antecedem a realização da sessão escolar, à maior exigência na apreciação dos projetos a apresentar pelas Escolas participantes, à avaliação do impacto do programa na comunidade escolar no âmbito da educação e formação para a cidadania e maior exigência quanto ao cumprimento das regras, revelou-se de extrema importância pelo contributo que deu para a concretização do objetivo delineado” - a melhoria da qualidade, conforme opinião expressa da Equipa Coordenadora.*

A referida equipa menciona, ainda, que *“A inovação no âmbito da presidência da Mesa da Sessão Distrital do Básico, entregando aos jovens a condução dos trabalhos, traduziu-se num êxito, revelando o conhecimento seguro das regras, o sentido de responsabilidade com que assumiram a função e em especial a maturidade que revelaram”.*

### **Publicidade do Programa, impacto na sociedade e na comunicação social**

É considerado que se mantém o interesse geral da comunidade pelo Programa *“Parlamento dos Jovens e pelo Espaço Jovem do portal do Parlamento, que continua a assumir um papel importante para o conhecimento e visibilidade das ações desenvolvidas, constituindo um meio privilegiado, adequado e indispensável para a divulgação desta Iniciativa da AR”.*

Esta iniciativa, assim como os seus suportes, *“continua direcionada para a população jovem estudantil, é impulsionada para a reflexão de temáticas e para a participação ativa na sociedade, revelando-se um excelente meio para o conhecimento e aprofundamento das problemáticas comunitárias e sociais, o desenvolvimento e aprofundamento de condutas sérias que proporcionem o interesse por projetos estáveis, seguros e responsáveis que conduzam a uma realização pessoal satisfatória e a um desenvolvimento equilibrado”.*



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O número de acessos ao site, embora significativo, regista uma descida relativamente à edição anterior (323156), contrariando a anterior tendência de aumento anual, o que resulta, segundo a Equipa do Programa, *“de se apresentar pouco apelativo, não impulsionando à leitura das matérias disponíveis, necessitando de alguma inovação, difícil de concretizar considerando as atuais restrições orçamentais”*.

Set-11	Out-11	Nov-11	Dez-11	Jan-12	Fev-12	Mar-12	Abr-12	Mai-12	TOTAL
17894	30527	25134	15198	72835	19116	20420	7398	40053	248575

Constatado pela Equipa que se mantém o interesse das estações televisivas regionais pelo Parlamento dos Jovens, é considerado ser razão disso a dinâmica e grande participação dos jovens nas sessões distritais. Destacam *“as reportagens televisivas sobre as Sessões Distritais do Norte e Centro do País, realizadas pela estação televisiva Porto Canal e ainda as reportagens e vídeos da responsabilidade das equipas técnicas de audiovisuais da Direção Regional de Educação do Norte.”*

É transmitido pela coordenadora da equipa que se mantém o interesse por parte duma doutoranda da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, autora de vários trabalhos sobre as temáticas jovens/política/cidadania, em acompanhar a evolução do Projeto. Esta doutoranda tem estabelecido, anualmente, contacto com a Coordenação do Programa, renovando a sua presença nas Sessões Nacionais, conforme informação dos serviços.

É também dada nota das *“respostas ao questionário disponível para a apreciação do Programa, que permitem concluir existir interesse dos jovens, professores e Direções das Escolas pelos objetivos do programa, considerando-o criativo e inovador, com procedimentos adequados, desenvolvidos no decorrer das várias fases, manifestando ainda satisfação quanto à organização das Sessões Nacionais, bem como ao acompanhamento dado pela EPJ”* (Equipa do Parlamento dos Jovens).

### Notas Finais da Coordenadora do Projeto

*“Em momento de balanço do programa Parlamento dos Jovens, com destaque para a edição 2011/2012, pode concluir-se que continua a ser uma iniciativa com*



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

*características muito positivas, dinamizadora e eficaz em gerar impulsos contínuos à participação das Escolas e dos jovens, destacando-se no momento presente o seguinte:*

*O interesse pedagógico deste Programa mantém-se, constatação que resulta pela continuidade e estabilidade da participação das Escolas refletidas no número de inscrições sempre em crescendo e que se traduziu em mais 54 Escolas em comparação com as que se verificaram na edição anterior;*

*As desistências revelaram-se insignificantes – apenas 2 Escolas não chegaram à 2ª Fase: Sessão Distrital/Regional;*

*O número de debates realizados nas Escolas foi surpreendente, porquanto embora se tenha registado - comparativamente ao ano anterior - um aumento de 73 convites por parte das Escolas, totalizando um total de 310 convites, a resposta da AR - Deputados convidados - foi de total aceitação, registando-se a grande disponibilidade e interesse do Senhor Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura e de todos os Senhores Deputados, bem como dos respetivos assessores;*

*A excelente colaboração e empenho das Entidades Parceiras (DRE e IPDJ) e Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, no caso do Euroscola;*

*O reconhecimento por parte das Escolas, nomeadamente dos professores, do interesse do programa para o desenvolvimento das competências dos jovens e educação cívica;*

*O empenho, o apoio e a colaboração eficaz dos colegas da Equipa, dos colegas de diversos serviços da AR e respetivos dirigentes, estes últimos nas duas últimas fases do programa – Sessões Distritais e Sessões Nacionais;*

*O acompanhamento e o interesse por parte da Senhora Secretária-Geral, que acolheu com total disponibilidade as iniciativas e propostas apresentadas pela Coordenação do Programa, o que muito contribuiu para uma execução rápida e eficaz das ações desenvolvidas durante as diversas fases do Programa.”*

### **Avaliação da Edição 2011/2012 do Programa pela Consultora do Projeto**



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Na nota inicial do seu relatório, a Dra. Julieta Sampaio refere que “nos anos eleitorais os projetos cívicos cujos promotores são órgãos de Soberania ou de Poder Local estão sujeitos á eventualidade de alguma instabilidade. O Parlamento dos Jovens, por força das eleições legislativas do ano passado, teve um início atrasado, por deliberações de relevância terem de esperar pela instalação da nova Assembleia, como da Comissão de Educação, Ciência, Cultura e Desporto, com tutela e supervisão no projeto.

Se a tudo isto se acrescentar que os Parceiros ME e IPJ, o primeiro com responsabilidade de organização no ensino básico e o segundo no ensino secundário, sofreram alterações nas estruturas do organigrama de funcionamento, que teve efeito sobre as equipas de apoio às escolas, ME, que a nível local, tinham a responsabilidade do contato direto com as escolas. Estas alterações exigiram igualmente alterações de funcionamento ao nível das Direções Regionais, que assumiram toda a dinâmica, na organização das Sessões Distritais e no apoio direto às Sessões Escolares. No secundário não se verificou alterações na estrutura organizativa, embora se tivesse verificado a fusão dos dois Institutos, Desporto e Juventude.

Um ano atípico”, refere, “mas cujo balanço final nada fica de menos ou se nos é permitido entendemos que se registou mais riqueza no debate, RECOMENDAÇÕES mais densas em conteúdo e na preparação da exposição oral, no debate em Comissão ou nas Sessões distritais. Reconhecemos, existir conhecimento sobre a temática proposta e mesmo estudo que revelou investigação e consultas várias. Nesta fase a intervenção próxima do Professor Coordenador de Escola revela-se como se compreende, fundamental na preparação do conhecimento que reflete a qualidade da RECOMENDAÇÃO.

A escolha dos temas foi particularmente feliz. Mobilizou e motivou os estudantes para a procura de conhecimento, por se tratar de um tema atual a que reconheceram interesse.

Os jovens do século XXI vivem muito das redes sociais e nelas partilham gostos e preferências, conseqüentemente esta escolha não podia ser mais oportuna, por nos estudos feitos, reconhecerem vantagens e perigos que é muito importante conhecerem.



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

*Plasmar neste Relatório as preocupações manifestadas pelos jovens em relação aos riscos, que podem correr os mais velhos na utilização das redes sociais e muito em especial os que vivem isolados e em solidão, causou surpresa, porque é usual dizer, que os jovens de hoje, não se preocupam com os mais velhos. Mas essa foi uma das evidências mais notória em vários debates.*

*Com o Parlamento Jovem a imagem da Assembleia da República chega mais longe e mais positiva. Quando em 1995 lançamos este projeto, esse era um objetivo fundamental. De todos os Órgãos de Soberania a AR foi sempre o que teve uma imagem mais negativa e distorcida. Deve-se essencialmente, por grande parte da sociedade desconhecer as funções deste Órgão legislador e fiscalizador.*

*Manter e dinamizar o Parlamento Jovem tem sido uma preocupação de todos os Deputados em todas as Legislativas. Continuar este caminho é acreditar que se está a preparar uma nova geração, com conhecimento para a participação cívica. “*

*No seu relatório, que consta em anexo, é mencionada pela senhora consultora “a necessidade de serem revistos os regulamentos das Sessões Distritais, entendidos como muito densos e com linguagem muito jurídica para jovens do 2º e 3º ciclo.*

*É entendido que há mesmo alguns pontos do articulado que se prestam a interpretações diversas, de acordo com a leitura feita pela escola. Numa das Sessões alguns professores pronunciaram-se pela necessidade de se fazerem alterações para agilizar a aplicação.”*

*A concluir o seu relatório, a Dra. Julieta Sampaio salienta “a importância da presença dos Deputados nas várias fases da programação, debates nas escolas, Sessões Distritais, Comissões e Sessão Nacional. Refere ser inquestionável que a CECC, para além da responsabilidade de acompanhamento do programa ao longo do ano, tem dado um forte contributo para a valorização do Parlamento dos Jovens, como um Projeto de intervenção cívica na formação dos jovens portugueses.*

*O Parlamento dos Jovens é o único espaço institucional onde os “Jovens” podem pronunciar-se sobre as políticas que lhes dizem diretamente respeito”, regista.*



## **Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

### **Sugestões/Contributos**

#### **Da Escola Portuguesa de Timor**

Por ocasião da visita de Sua Ex<sup>a</sup> o Senhor Presidente da República a Timor, e especificamente à Escola Portuguesa de Timor, foi demonstrado o interesse de os alunos participarem no programa Parlamento dos Jovens, assegurando a escola o custo das viagens. Trata-se de alunos timorenses, que estudam na Escola Portuguesa. A Coordenadora do Programa transmitiu que, considerando o exemplo já consolidado da participação da Escola Portuguesa de Macau e não existindo aumento de encargos - quanto a deslocações, para o orçamento da EPJ – não encontra obstáculo à participação da Escola Portuguesa de Timor.

#### **Dos senhores deputados**

Conforme mensagem do senhor deputado Mendes Bota, dirigida ao senhor Presidente da Comissão, é sugerido que seja incluída referência às Delegações Internacionais do Parlamento na apresentação que é disponibilizada aos deputados para as Sessões Escolares.

#### **Dos deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

Aquando da realização das Sessões Nacionais, reuniões das Comissões, verificou-se que sendo possível a eliminação duma medida e a alteração da redação de medidas, o que pode originar a fusão de outras, há a hipótese de que os projetos fiquem com uma só medida, pelo que esta questão deverá ser equacionada e objeto de regulamentação.

De igual modo, foi dada nota de que não estão definidas em regulamento regras de desempate, no que respeita às questões a colocar aos deputados nas Sessões Plenárias das Sessões Nacionais, facto que também deverá ser considerado em sede de regimento.



### **Dos Serviços/que chegaram aos Serviços da Comissão**

Relativamente às Sessões distritais: da alínea f), do Artigo 11.º, do Regulamento da Sessão Distrital/Regional - Eleição dos deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens, consta o critério de desempate para as escolas suplentes e para o caso de participarem apenas duas escolas, mas não para os restantes casos, existindo apenas a regra residual que a Mesa delibera por voto secreto, na alínea h) do mesmo Artigo (nem se percebendo se delibera sobre a escola ou sobre o critério a utilizar para desempatar).

No caso de desistência de escolas: levanta-se a questão de saber o que acontecerá caso o número global de escolas participantes passe para um intervalo inferior de eleição de escolas à Sessão Nacional. Talvez fosse útil prevenir e inserir, por norma, uma deliberação do júri neste sentido (ou alterar o regulamento).

Sobre esta questão, da desistência de escolas e a possibilidade do número global de escolas participantes poder passar para um intervalo inferior de eleição de escolas à Sessão Nacional, é entendido e considera-se assente que a questão não se coloca, porquanto após a fixação dos critérios, feita no início do processo, não se produzem alterações sob pena de não se verificar a estabilidade necessária à continuidade do processo e das escolas envolvidas.

### **Propostas de alteração aos Regimentos das Sessões**

Da coordenadora da Equipa foi presente ao Grupo de Trabalho uma proposta de alteração aos Regimentos das Sessões do Ensino Básico e do Ensino Secundário, que se anexa.

Submete-se à aprovação da Comissão de Educação, Ciência e Cultura que sejam aprovadas as seguintes alterações:

#### **Regulamento da Sessão Distrital/Regional**

##### **Artigo 5.º**





## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

4. (...) Regulamento do Secundário com redação igual à do Regulamento do Básico. Em situações em que se verificarem dois empates consecutivos em votações, a Mesa deve decidir a favor da Escola onde tiver havido maior número de listas no ato eleitoral ou maior percentagem de votantes (relativamente ao número de eleitores inscritos), no caso de aquele número ser idêntico.

### **Artigo 9.º - Período de perguntas ao Deputado da AR**

1. O Presidente abre o período de inscrições para perguntas a apresentar por um (1) deputado por Escola ou por grupos de Escolas (*a regra é formar grupos mas tal vai depender do número de Escolas participantes*).
2. O Deputado responde a cada pergunta ou a grupos de perguntas, como preferir, cabendo-lhe aceitar perguntas adicionais, se houver tempo disponível. Esta fase não deve exceder, em princípio, **30 minutos**.

### **Artigo 11.º - Eleição dos deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens**

- e) O Presidente anuncia os resultados e os nomes das Escolas selecionadas. Em caso de empate repete-se a votação das mais votadas. Se houver dois empates consecutivos na votação, é selecionada a Escola onde tiver havido maior número de listas no ato eleitoral ou maior percentagem de votantes (relativamente ao número de eleitores inscritos) caso aquele número seja idêntico;
- f) Os deputados eleitos à Sessão Nacional são, em princípio, os dois mais votados da lista da sua Escola (conforme constam na lista publicitada). Informa ainda que os deputados não eleitos dessas Escolas são deputados suplentes à Sessão Nacional, podendo vir a substituir algum dos efetivos; (redação contida na anterior alínea e);
- g) (mantém a redação da anterior alínea f);
- h) (mantém a redação da anterior alínea g);

### **Artigo 12.º - Eleição do Porta-Voz do círculo eleitoral**

- 2.



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

d) Em caso de dois empates consecutivos, é selecionado o candidato em cuja Escola tiver havido maior número de listas no ato eleitoral ou maior percentagem de votantes (relativamente ao número de eleitores inscritos) caso aquele número seja idêntico.

### **Artigo 14.º - Proposta de um tema para o ano seguinte**

- As propostas sobre temas aprovados nas Sessões Escolares constam de uma lista que é distribuída no início dos trabalhos da fase distrital/regional, em que cada deputado assinada com X um tema da sua preferência.
- Em caso de empate a Mesa delibera por voto secreto.
- O tema mais votado em cada círculo eleitoral é submetido à consideração da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura que delibera sobre qual o tema da edição seguinte do Parlamento dos Jovens.

## **Regulamento das Comissões**

### **Artigo 4.º Organização e regras das Reunião**

- **5.** Se, em qualquer votação, (...) o desempate é feito tendo em conta o número de listas eleitorais (...)

### **Artigo 5.º Debate dos Projetos de Recomendação**

- **4. Debate e votação na especialidade**

Esta fase destina-se a discutir cada medida do projeto-base, podendo ser introduzidas alterações.

O Projeto de Recomendação da Comissão deve incluir obrigatoriamente três (3) medidas, não podendo exceder cinco (5).

(...)

Depois de entregues na Mesa, o Presidente ordena as propostas em três grupos: **eliminação/alteração de redação/aditamento.**

O debate e votação seguem a seguinte metodologia:

(...)



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

5.º Finalmente... uma vez que o Projeto de Recomendação da Comissão deve incluir obrigatoriamente três (3) medidas, não podendo exceder cinco (5).

Se vier a ser aprovado número superior ao limite, só as mais votadas ficam no Projeto de Recomendação.

### **Artigo 7.º Seleção de perguntas a apresentar no Plenário**

1. (...)

2. As perguntas.... sem debate. Em caso de empate aplica-se o disposto no n.º 5, do artigo 4.º .

Deverá ainda ser consignado no Regulamento do Programa que a agregação de escolas e/ou agrupamentos não se reflete na participação no Parlamento dos Jovens, nomeadamente que as escolas agrupadas podem continuar a candidatar-se a participar, isto é, que é possível que mais do que uma escola do mesmo agrupamento participe no programa, ficando esta decisão no âmbito da autonomia de cada agrupamento de escolas.

### **Temas para a edição 2012/2013**

As propostas de temas, com origem nas Sessões Distritais/Regionais do Ensino Básico e do Ensino Secundário do Parlamento dos Jovens, para a próxima edição, constam de tabela que faz parte do documento “Apresentação de Propostas/Iniciativas para o desenvolvimento e a concretização do programa Parlamento dos Jovens na edição 2012/2013”, da responsabilidade da Coordenadora da Equipa do Projeto e que se anexa ao presente relatório.

Considera a Equipa do Parlamento dos Jovens que se destacam, pela importância e atualidade, alguns temas mais presentes (embora sem grande expressão), a saber:

- no Ensino Básico - “ A crise económica e a visão dos jovens” e “A Escola multicultural: que desafios?”
- no Ensino Secundário - “Os jovens e o empreendedorismo” e “Imigração e Integração”.



## **Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

Após abordagem desta, questão em reunião da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, é proposto que os temas para a edição do Parlamento dos Jovens de 2012-2013 sejam:

Ensino Básico – Ultrapassar a crise

Ensino Secundário – Os jovens e o emprego: que futuro?

Complementarmente, seria interessante associar a cultura e a arte em Lisboa ao Programa, nomeadamente aquando dos momentos culturais das Sessões Nacionais, com a visita a um dos tantos Museus que a cidade oferece e que, em tantos casos, os nossos jovens não conhecem.

### **Conclusões**

O envolvimento dos jovens e de toda a comunidade educativa no Programa Parlamento dos Jovens, o interesse, o desejo de saberem mais e mais sobre os trabalhos parlamentares e sobre o funcionamento da Assembleia da República são um incentivo à continuação desta iniciativa sentido e partilhado pelos deputados que acompanharam os trabalhos da presente edição.

Seria importante considerar as recomendações constantes neste documento, sendo que, como é reconhecido pela Equipa do programa, dos contributos de todos têm surgido melhorias, a cada ano, e que resultam em avaliações positivas como demonstram os relatórios em anexo.

A presente edição do Programa, com um balanço em que se faz uma avaliação muito positiva, não teria sido possível sem o imprescindível contributo dos parceiros, cuja colaboração se regista.

Dirimida que foi a questão da deslocação dos senhores deputados, no âmbito desta iniciativa - uma das ações com maior projeção do Parlamento – regista-se o empenho e a disponibilidade de todos os Grupos Parlamentares e, muito especialmente, dos deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, todos indispensáveis para o sucesso desta edição do Programa.

Assim, faz-se um agradecimento muito especial aos senhores deputados.



**Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

Também aos Técnicos e ao Secretariado da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, à Equipa do Parlamento dos Jovens e aos Técnicos que apoiaram a realização das Sessões Distritais/Regionais e das Sessões Nacionais cabe uma menção de apreço.

Assembleia da República, 19 de julho de 2012

A Coordenadora do Grupo de Trabalho

(Isilda Aguincha)



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### Anexos

- Recomendação à Assembleia da República aprovada na Sessão Plenária do Parlamento dos Jovens do Ensino Básico, em 8 de maio de 2012
- Recomendação à Assembleia da República aprovada na Sessão Plenária do Parlamento dos Jovens do Ensino Secundário, em 29 de maio de 2012
- Relatório sobre a execução do programa Parlamento dos Jovens em 2011/2012, da Coordenadora da Equipa Parlamento dos Jovens, Dra. M<sup>a</sup>. José Afonso
- Relatório da Consultora do Programa, Dra. Julieta Sampaio
- Apresentação de Propostas/Iniciativas para o desenvolvimento e a concretização do programa Parlamento dos Jovens na edição 2012/2013
- Propostas de alteração aos Regimentos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, para 2012-2013

## **Recomendação à Assembleia da República**

*Aprovada na Sessão Plenária em 8 de maio de 2012*

**Os Deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Básico recomendam à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:**

1. Criação de uma entidade, com representação de um provedor, devidamente representado em todas as regiões, cujo objetivo seria a sensibilização das pessoas contra a discriminação, estando representada em todas as redes sociais ou fora delas.
2. Formação de Núcleos antidiscriminação a nível local e regional, diretamente dependentes e supervisionados pela comissão paritária, com sede nas escolas aderentes. Cada Núcleo criaria equipas de trabalho que regularmente e, de forma aleatória, fariam visitas a instituições de ensino, atribuindo um diploma certificando as boas práticas ao nível do respeito pela diversidade.
3. Criação da campanha “Geração Virtual”. Organismos nacionais devem criar uma plataforma que será divulgada nas diversas redes sociais que promovem o combate à discriminação e o conhecimento dos mecanismos existentes para defender a sua privacidade e impedir quaisquer tentativas de discriminação, com diversas atividades, como concursos, jogos, murais informativos. Esta plataforma deve estar em constante atualização, será divulgada nos meios de comunicação social e todas as escolas do País devem incentivar os seus alunos a usufruir e participar nela, pois iria fomentar a integração das minorias. Este site teria informação sobre os diferentes povos, culturas e etnias, fazendo com que toda a gente esteja informada sobre este assunto.
4. Atuar contra políticas e práticas discriminatórias através da introdução de medidas efetivas de promoção do respeito pela diversidade, nesse sentido, propomos a criação de um portal on line gerido por um psicólogo com as seguintes valências: partilha de opiniões, troca de experiências, fórum aberto a debates e outras formas de sensibilização sobre o que é a discriminação, a sua definição e o que a envolve. Esse portal chamar-se-ia: Discriminação e redes sociais. Este portal teria um link em todas as páginas da internet dos Agrupamentos das escolas.



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

5. Criar um *site* ou *blog* que promova o combate à discriminação, cujo conteúdo será publicitado num canal público televisivo com a intenção de consciencializar a sociedade civil e atrair visitantes para o site.
6. Realização de filmes e dramatizações sobre a discriminação, executados pelos alunos. Estes vídeos seriam posteriormente publicados nas redes sociais e projetados nas escolas, sendo abrangidos todos os elementos da sociedade.
7. Introduzir nas orientações curriculares do 1.º ciclo do ensino básico conteúdos, metodologias e práticas claras, que eduquem as crianças no sentido de as preparar para lidarem com determinados estereótipos, ou ideias pré-concebidas, que, inconscientemente, as levam a formular discriminações em adultos e a manifestar esse tipo de comportamento, tanto nas redes sociais, como através de outros meios.
8. Combate aos preconceitos que estão na base da discriminação, promovendo a celebração, nas instituições de ensino, do Dia Nacional da Diversidade, ao longo do qual, se dinamizariam atividades diversificadas que transmitam mensagens de respeito pela diversidade.
9. Propomos o alargamento da linha SOS já existente por um período de 24 horas de atendimento, para que os alunos vítimas de discriminação se sintam mais protegidos. Deste modo, as vítimas poderão apresentar queixa, desabafar e pedir aconselhamento. Propomos também que seja prestado apoio psicológico às vítimas. Os operadores seriam técnicos voluntários, e, eventualmente, através de um acordo com o fundo de desemprego, técnicos desempregados, permitindo que especialistas na área de aconselhamento pudessem dar assistência a situações que surgissem. É nossa recomendação que esta medida seria valiosa para as vítimas, visto que, desta maneira, teriam apoio para conseguir superar situações que pudessem surgir, tornando os indivíduos mais fortes e atentos no futuro.

### Os Membros da Mesa

Presidente: Guilherme Vilhais

Vice-Presidente: Filipe Vizela

1ª Secretária: Jéssica Rosa

2º Secretário: Henrique Dias





## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### Recomendação à Assembleia da República

Aprovada na Sessão Plenária em 29 de maio de 2012

Os Deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Secundário recomendam à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:

1. Promoção da *networking* através de uma rede europeia de contactos que ligue empresas, universidades e jovens que procuram um primeiro emprego. Esta rede deveria funcionar através de redes sociais, de videoconferências e fóruns, procurando, principalmente, incentivar o espírito empreendedor dos jovens, contrabalançando o período de crise.
2. Criação de uma plataforma *online* de promoção das aptidões e dos interesses dos alunos, apelando à sua participação na sociedade e ao cumprimento dos seus deveres cívicos, com a vertente de partilha de trabalhos e projetos entre as várias escolas a nível nacional.
3. Criação de um *site*, sob a tutela do Parlamento, onde todos os utilizadores da internet poderiam ter acesso ao esclarecimento *online* das discussões e propostas e projetos de lei entre deputados e cidadãos, transmitidas de modo imparcial, com a apresentação dos órgãos e explicação dos mesmos em separadores diferentes. Paralelamente, criação de um fórum onde poderiam comentar essa mesma informação e desenvolvimento de uma plataforma de *streaming* onde seriam transmitidos, em tempo real, os debates do Parlamento.
4. Criação de uma plataforma / site que ligaria projetos empreendedores do ensino secundário à esfera escolar, universitária e ao mundo laboral, contemplando assuntos de carácter social.
5. Criação de uma rede social que promoveria e divulgaria diversas atividades de cariz solidário e voluntário, e que organizaria uma plataforma de reutilização do material didático. Esta rede social promoveria, de igual modo, a participação da população mais idosa, de forma a incentivar a partilha de experiências e atenuar a solidão.
6. Criação de um blogue ou página de rede social como meio de divulgação do produto português e de iniciativas a nível nacional. Com esta medida, pretende-se que o que é nacional seja enaltecido, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Para isso, esta página deveria contar com a colaboração de empresas nacionais, bem como com a moderação da Associação Empresarial de Portugal.



**Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

7. Melhoria da legislação de modo a punir gravemente os crimes de *cyberbullying*, instituindo os crimes de *cyberbullying* na Constituição da República Portuguesa e sinalizando e notificando potenciais criminosos no mundo virtual.
8. Generalização do voto eletrónico em todas as eleições e referendos, em parceria com o voto tradicional, adicionando um sistema de controlo, combatendo assim o abstencionismo e promovendo a participação dos cidadãos nos atos eleitorais.
9. Criação de um plano educativo, no âmbito da educação e da consciencialização da sociedade, com o objetivo do desenvolvimento cognitivo e social em matéria de cidadania e participação ativa de todas as camadas etárias da população, concentrando-se nas necessidades específicas de cada faixa etária.

Os membros da Mesa

Presidente: João Ludovico

Vice-Presidente: Ana Ferreira

1ª Secretária: Rita Leitão

2ª Secretária: Maria João Fernandes



## **Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão Parlamentar de  
Educação, Ciência e Cultura

**Assunto: Relatório sobre a execução do programa Parlamento dos Jovens em 2011/2012**

### **I. Execução do programa 2011/2012**

#### **1. Análise sucinta do novo enquadramento das parcerias - MEC (Ministério da Educação e Ciência) e IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude)**

1. A edição 2011/2012 do programa Parlamento dos Jovens, em análise, marcada por algumas vicissitudes que contribuíram para a caracterizar como especial, intensa e marcante, teve início a 22 de agosto de 2011, com a abertura das inscrições, que no final do prazo, a 17 de outubro, registavam a vontade de **797** escolas em participar.
2. De realçar a atitude proactiva e mobilizadora dos professores, agentes educativos com intensa atividade resultante do envolvimento em diversos projetos escolares, mas que se mantêm disponíveis e determinados em apoiar os jovens, colaborando com a Direção das Escolas e responsabilizando-se pela coordenação do programa, desde logo, no âmbito da preparação e realização das sessões escolares.
3. Uma preocupação divulgada, em documento enviado para a CECC, sobre a impossibilidade de se concretizarem as ações de apoio às escolas por falta de afetação de docentes às Equipas de Apoio às Escolas também se revelou infundada por se tratar de um apoio residual, mas digno de reconhecimento pelo empenho e dedicação por parte dos docentes envolvidos no processo.
4. Anunciada a abertura das inscrições, através do site do Parlamento dos Jovens, desde logo as Direções das Escolas do ensino básico e do secundário - a nível nacional, regional, da Europa e fora da Europa - manifestaram o interesse pela



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

participação e procederam à inscrição na nova edição do Programa, confirmando o interesse pelos objetivos e respectivas metodologias que lhe estão associadas, as quais muito contribuíram para a melhoria da qualidade dos trabalhos apresentados na edição em análise, alvo de avaliação numa perspectiva global e também pedagógica pelas entidades competentes que acompanham o programa na qualidade de parceiras, registando-se com satisfação que todos os objetivos propostos foram alcançados, nomeadamente:

- a) A oportuna e atempada divulgação do calendário das acções do programa Parlamento dos Jovens, que resultou das diligências e dos contactos insistentes, por parte da Coordenação da EPJ, com técnicos do MEC e de inúmeras pesquisas no site do MEC sobre o calendário letivo, relevando-se estas diligências indispensáveis para evitar a coincidência das datas das Sessões Distritais e Nacionais do PJ com as dos testes intermédios, resultado que foi conseguido, mantendo-se o calendário e a realização de todas as ações programadas.

Neste contexto, cabe uma referência especial ao papel importante das coordenadoras das direções regionais de educação que acompanharam todo o processo com muito empenho, dialogando com as Escolas e mantendo sempre informada a coordenação da EPJ para que, se necessário, pudessem ser tomadas atempadamente as diligências adequadas para garantir o integral cumprimento dos objetivos propostos e o sucesso da edição em curso do Programa.

Cabe também com igual ênfase uma referência especial ao acompanhamento, apoio e confiança transmitidos pelo Senhor Presidente e Deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, que muito nos confortou, agradecendo a honra da atenção dispensada.

- b) A opção por antecipar o início das inscrições no programa por parte das Escolas, bem com da disponibilização e divulgação dos cartazes alusivos às temáticas a debater em cada um dos graus de ensino (básico e

**Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

secundário), revelou-se oportuna e fundamental, proporcionando às Direções das Escolas a inclusão das ações do programa PJ na carga horária a atribuir aos professores e possibilitou antecipar e alargar a toda a comunidade escolar o conhecimento e a interiorização dos objetivos pedagógicos e cívicos do programa, incluindo-os na componente letiva dos professores, dando-lhes as condições adequadas ao acompanhamento dos jovens logo na primeira fase (processo eleitoral e sessão escolar), o que se revelou na qualidade e rigor dos projetos apresentados, bem como no apreciável nível das intervenções dos jovens, que tiveram lugar no decorrer das várias ações.

- c) O Crescente interesse, a adesão e entusiasmo das Escolas pelo Programa PJ são muito significativos, renovando-se em cada edição e reflete-se sem qualquer dúvida na análise da edição finda, que regista mais uma vez o elevado número de participações de jovens dos dois graus de ensino, sempre em crescendo desde 2009, como se comprova pela leitura e análise dos resultados obtidos nas três últimas edições (quadro e gráfico) mas que se evidenciam desde 2009.

**Quadro referente à participação de Escolas e jovens entre 2010 e 2012**

Elementos considerados	Básico			Secundário			Totais	Totais	Totais
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	B+S	B+S	B+S
Edições do Parlamento dos Jovens	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Escolas participantes	403	442	426	322	337	371	725	779	797
Turmas envolvidas	1893	2334	2030	1626	1749	3498	3519	4083	5528
Alunos participantes nas listas eleitorais	11959	17902	17253	8376	9517	9626	20335	27419	26882
Votantes nas eleições para as Sessões Escolares	93212	110336	98674	55319	61654	59109	148531	171990	157783

Deputados eleitos para as Sessões Escolares	8289	11654	8179	5472	6180	5859	13761	17834	14038
Alunos participantes nas Sessões Distritais/Regionais, eleitos nas Sessões Escolares	1352	1499	1329	1158	1182	1216	2510	2681	2545
Nº de Escolas eleitas para a Sessão Nacional	65	64	65	65	63	64	130	128	129
Alunos eleitos para a Sessão Nacional	130	130	130	130	126	128	260	256	258



**1.2** A análise da participação das Escolas revela uma evolução muito positiva, que se retrata no quadro supra, tendo sido resultante de vários fatores, dos quais se destaca:

- i) O acolhimento por parte das parcerias (DRE – através das respetivas coordenadoras das Direções Regionais de Educação) das ações e metodologias propostas pela coordenação da AR e adotadas pelas Parcerias (DRE – através das respetivas coordenadoras das Direções Regionais de Educação, que se traduziram no sucesso evidente e real, confirmado pelo elevado número de Escolas inscritas (**797**), refletindo a eficácia do acompanhamento e apoio de que foram alvo prioritário os professores, agentes impulsionadores, numa primeira fase, junto da Direção das Escolas e, numa segunda fase, junto dos jovens.



## **Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

- j) A postura dinamizadora e atenta das parcerias e a perfeita sintonia quanto às metodologias e objetivos a prosseguir, que se verificou existir entre as DRE (que nesta edição não puderam contar com o importante apoio das Equipas de Apoio às Escolas) e o IPDJ, resultou no aprofundamento da colaboração entre estes parceiros, com especial incidência no âmbito das ações realizadas ao nível distrital, especialmente a complexa organização das sessões distritais, resultante do elevado número de Escolas participantes e subsequente apoio logístico, designadamente espaço adequado para a realização das sessões, transporte e refeições, entre outros aspetos, em que o empenho e a sintonia dos parceiros muito contribuíram para o sucesso do programa.
- k) O claro reconhecimento, por parte das instituições do sector da Educação, do interesse pedagógico do programa e do respectivo contributo para o desenvolvimento de competências dos alunos, ao nível da participação cívica, capacidade de argumentação e aprendizagem sobre as regras da democracia.
- l) Empenhamento especial das Direções Regionais de Educação e Juventude das Regiões Autónomas – Açores e Madeira – no sentido de manter o número de Escolas a participar no PJ, apesar das dificuldades inerentes à insularidade projetadas nomeadamente nos encargos significativos que resultam das deslocações entre ilhas, aquando da realização das sessões regionais e para o Continente, aquando das sessões nacionais.

## **2. Participação das Escolas dos círculos da Europa e de Fora da Europa**

Regista-se também com agrado o interesse no Programa por parte da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas que, à semelhança das edições anteriores do programa PJ, procedeu à divulgação atempada da abertura das inscrições no programa, que se traduziu na presença e participação das Escolas da Europa e de Fora da Europa nos dois graus de ensino e assumiu os encargos inerentes às deslocações à Sessão Nacional.

Contudo, a verificar-se no futuro um aumento substancial de inscrições, deve sempre acautelar-se algumas regras para a selecção, tendo em conta as despesas elevadas associadas às deslocações.



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### 3. Calendário do programa: Básico e Secundário

Como marca muito importante e positiva desta edição do programa assinala-se o integral cumprimento de todas as ações previstas para as várias fases do programa, bem como também o rigoroso cumprimento dos prazos estabelecidos para cada uma delas.

É, portanto, com satisfação que se regista o êxito da planificação estruturada com base numa pesquisa e análise cuidada do calendário letivo para garantir a inexistência de coincidências de datas de testes intermédios do ensino secundário/básico com as Sessões Distritais e com as Sessões Nacionais, o que a acontecer poderia pôr em causa a realização das mesmas e o êxito com que se concluíram.

Não pode, contudo, ignorar-se o *cenário* de apreensão criado sobre a viabilidade de algumas ações do programa, designadamente aquando da realização das sessões distritais, por força da calendarização dos testes intermédios, e que veio a confirmar-se ser absoluta e perfeitamente dispensável, porquanto “*a ser levado à letra*” resultaria no insucesso da edição com reflexos graves no Programa PJ – uma iniciativa importante da Assembleia da República com grande impacto na comunidade escolar e na sociedade em geral.

### 4. Participação dos Deputados

A Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura coordenou a participação dos Deputados nos debates a convite das Escolas, que se realizaram durante os meses de Novembro de 2011 a Fevereiro de 2012, totalizando **310 convites** por parte das Escolas, totalmente correspondidos, registando-se a participação de Deputados de todos os Grupos Parlamentares, conforme registo no quadro anexo, o que representa uma taxa de realização de **100%**, porquanto corresponderam à totalidade dos convites, verificando-se mais uma vez uma resposta excelente por parte dos Deputados da Assembleia da República, à semelhança do que têm vindo a acontecer em edições anteriores do Parlamento dos Jovens.

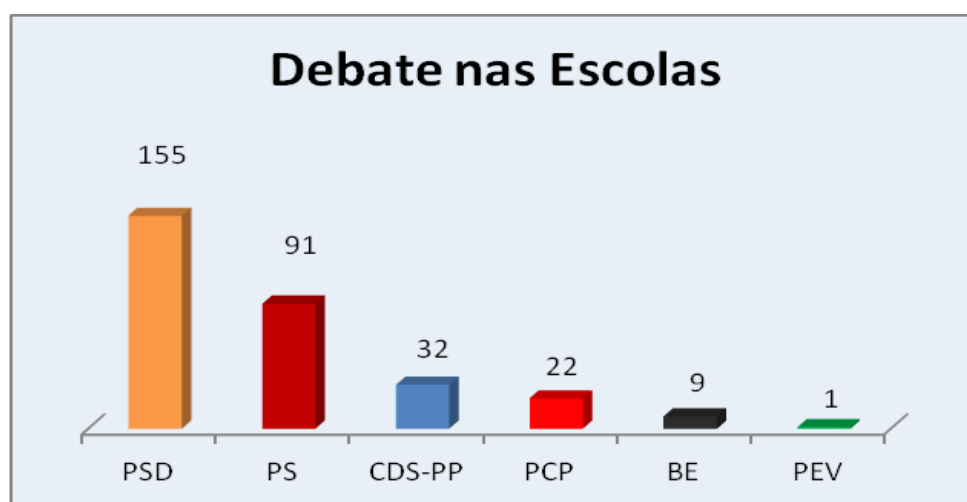
A participação do Deputados em outras fases do programa, nomeadamente nas **20** Sessões Distritais, realizadas nos círculos eleitorais e nas regiões autónomas, no período

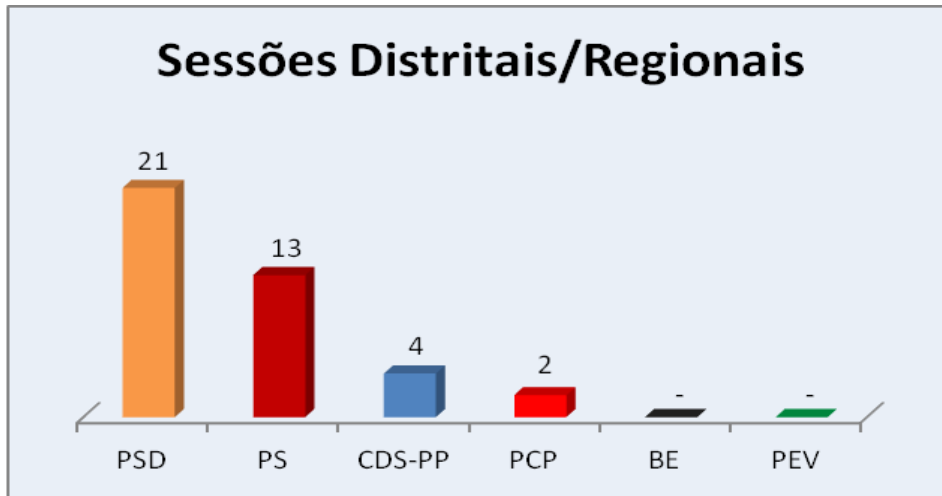


compreendido entre 27 de fevereiro e 20 de março, bem como nas 2 Sessões Nacionais – básico e secundário – que tiveram lugar a 7 e 8, 28 e 29 de Maio, respectivamente, sublinhando-se que também nestas duas fases os objectivos foram plenamente atingidos, conforme se comprova pela leitura do quadro e dos gráficos seguintes:

### Participação dos Deputados

N.º de intervenções de Deputados	PSD	PS	CDS-PP	PCP	BE	PEV	Totais
Debates nas Escolas	155	91	32	22	9	1	<b>310</b>
Sessões Distritais/Reg	21	13	4	2	-	-	<b>40</b>
Sessões Nacionais	8	6	4	4	4	4	<b>30</b>





Destaca-se também a disponibilidade demonstrada pelos Senhores Deputados para corresponder às solicitações das Escolas participantes, transmitidas através das respectivas Direcções, o que muito contribuiu para o êxito da edição e o prestígio do Parlamento.

#### 5. Alterações dos Regulamentos: Básico e Secundário

O consenso de todos os parceiros, revelado aquando da apresentação das propostas para a edição ora em análise, nomeadamente quanto ao dever do Professor Coordenador cumprir integralmente todas as etapas que antecedem a realização da sessão escolar, à maior exigência na apreciação dos projectos a apresentar pelas Escolas participantes, à avaliação do impacto do programa na



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

comunidade escolar no âmbito da educação e formação para a cidadania e maior exigência quanto ao cumprimento das regras, revelou-se de extrema importância pelo contributo que deu para a concretização do objectivo delineado, ou seja a melhoria da qualidade.

A inovação no âmbito da presidência da Mesa da Sessão Distrital do Básico, entregando aos jovens a condução dos trabalhos, traduziu-se num êxito, revelando o conhecimento seguro das regras, o sentido de responsabilidade com que assumiram a função e em especial a maturidade que revelaram.

### 6. Publicidade do Programa, impacto na sociedade e na comunicação social

Mantém-se o interesse geral da comunidade pelo Parlamento dos Jovens, pelo *Espaço Jovem* do portal do Parlamento, que continua a assumir um papel importante para o conhecimento e visibilidade das ações desenvolvidas, constituindo um meio privilegiado, adequado e indispensável para a divulgação desta Iniciativa da AR, direcionada para a população jovem estudantil, impulsionando-a para a reflexão de temáticas e para a participação ativa na sociedade, revelando-se um excelente meio para o conhecimento e aprofundamento das problemáticas comunitárias e sociais, o desenvolvimento e aprofundamento de condutas sérias que proporcionem o interesse por projetos estáveis, seguros e responsáveis que conduzam a uma realização pessoal satisfatória e a um desenvolvimento equilibrado.

O número de acessos ao *site*, embora significativo, regista uma descida em relação ao da edição anterior (323156), contrariando pela primeira vez a tendência de aumento anual, o que resulta, salvo melhor entendimento, de se apresentar pouco apelativo, não impulsionando à leitura das matérias disponíveis, necessitando de alguma inovação, difícil de concretizar considerando as atuais restrições orçamentais.

Set-11	Out-11	Nov-11	Dez-11	Jan-12	Fev-12	Mar-12	Abr-12	Mai-12	TOTAL
17894	30527	25134	15198	72835	19116	20420	7398	40053	248575



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Mantém-se o interesse das estações televisivas da região pelo Parlamento dos Jovens, em especial pela dinâmica e grande participação dos jovens nas sessões distritais. Destaca-se, como já aconteceu na edição anterior, as reportagens televisivas sobre as Sessões Distritais do Norte e Centro do País, realizadas pela estação televisiva **Porto Canal** e ainda as reportagens e vídeos da responsabilidade das equipas técnicas de audiovisuais da Direcção Regional de Educação do Norte.
- Mantém-se o interesse em acompanhar a evolução do Programa por parte de uma doutoranda da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, autora de vários trabalhos sobre as temáticas “jovens/política/cidadania, estabelecendo anualmente o contacto com a Coordenação do Programa, renovando sempre a sua presença nas Sessões Nacionais.
- As respostas ao questionário disponível para a apreciação do Programa, que permitem concluir existir interesse dos jovens, professores e Direcções das Escolas pelos objectivos do programa, considerando-o criativo e inovador, com procedimentos adequados, desenvolvidos no decorrer das várias fases, manifestando ainda satisfação quanto à organização das Sessões Nacionais, bem como ao acompanhamento dado pela EPJ.

### II. Notas Finais

Em momento de balanço do programa Parlamento dos Jovens, com destaque para a edição 2011/2012, pode concluir-se que continua a ser uma iniciativa com características muito positivas, dinamizadora e eficaz em gerar impulsos contínuos à participação das Escolas e dos jovens, destacando-se no momento presente o seguinte:

- O interesse pedagógico deste Programa mantém-se, constatação que resulta pela continuidade e estabilidade da participação das Escolas



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

refletidas no número de inscrições sempre em crescendo e que se traduziu em mais **54 Escolas** em comparação com as que se verificaram na edição anterior;

- As desistências revelaram-se insignificantes – apenas 2 Escolas não chegaram à 2ª Fase: Sessão Distrital/Regional;
- O número de debates realizados nas Escolas foi surpreendente, porquanto embora se tenha registado - comparativamente ao ano anterior - um aumento de **73** convites por parte das Escolas, totalizando um total de **310 convites**, a resposta da AR - Deputados convidados - foi de total aceitação, registando-se a grande disponibilidade e interesse do Senhor Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura e de todos os Senhores Deputados, bem como dos respetivos assessores;
- A excelente colaboração e empenho das Entidades Parceiras (DRE e IPDJ) e Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, no caso do Euroscola;
- O reconhecimento por parte das Escolas, nomeadamente dos professores, do interesse do programa para o desenvolvimento das competências dos jovens e educação cívica;
- O empenho, o apoio e a colaboração eficaz dos colegas da Equipa, dos colegas de diversos serviços da AR e respetivos dirigentes, estes últimos nas duas últimas fases do programa – Sessões Distritais e Sessões Nacionais;
- O acompanhamento e o interesse por parte da Senhora Secretária-Geral, que acolheu com total disponibilidade as iniciativas e propostas apresentadas pela Coordenação do Programa, o que muito contribuiu para uma execução rápida e eficaz das ações desenvolvidas durante as diversas fases do Programa.

25 de Junho de 2012

Maria José Afonso

Coordenadora da Equipa Parlamento dos Jovens



**Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

## **PROGRAMA ANUAL DE INTERVENÇÃO**

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**RELATÓRIO ANUAL**

**ANO LETIVO 2011/2012**

**A CONSULTORA: JULIETA SAMPAIO**

### Nota da Consultora

Nos anos eleitorais os projetos cívicos cujos promotores são órgãos de Soberania ou de Poder Local estão sujeitos á eventualidade de alguma instabilidade. O Parlamento dos Jovens, por força das eleições legislativas do ano passado, teve um início atrasado, por deliberações de relevância terem de esperar pela instalação da nova Assembleia, como da Comissão de Educação, Ciência, Cultura e Desporto, com tutela e supervisão no projeto.

Se a tudo isto se acrescentar que os Parceiros ME e IPJ, o primeiro com responsabilidade de organização no ensino básico e o segundo no ensino secundário, sofreram alterações nas estruturas do organigrama de funcionamento, que teve efeito sobre as equipas de apoio às escolas, ME, que a nível local, tinham a responsabilidade do contato direto com as escolas. Estas alterações exigiram igualmente alterações de funcionamento ao nível das Direções Regionais, que assumiram toda a dinâmica, na organização das Sessões Distritais e no apoio direto às Sessões Escolares. No secundário não se verificou alterações na estrutura organizativa, embora se tivesse verificado a fusão dos dois Institutos, Desporto e Juventude.

Um ano atípico, mas cujo balanço final nada fica de menos ou se nos é permitido entendemos que se registou mais riqueza no debate, RECOMENDAÇÕES mais densas em conteúdo e na preparação da exposição oral, no debate em Comissão ou nas Sessões distritais. Reconhecemos, existir conhecimento sobre a temática proposta e mesmo estudo que revelou investigação e consultas várias. Nesta fase a intervenção próxima do Professor Coordenador de Escola revela-se como se compreende, fundamental na preparação do conhecimento que reflete a qualidade da RECOMENDAÇÃO.



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A escolha dos temas foi particularmente feliz. Mobilizou e motivou os estudantes para a procura de conhecimento, por se tratar de um tema atual a que reconheceram interesse.

Os jovens do século XXI vivem muito das redes sociais e nelas partilham gostos e preferências, consequentemente esta escolha não podia ser mais oportuna, por nos estudos feitos, reconhecerem vantagens e perigos que é muito importante conhecerem.

Plasmar neste Relatório as preocupações manifestadas pelos jovens em relação aos riscos, que podem correr os mais velhos na utilização das redes sociais e muito em especial os que vivem isolados e em solidão, causou surpresa, porque é usual dizer, que os jovens de hoje, não se preocupam com os mais velhos. Mas essa foi uma das evidências mais notória em vários debates.

Com o Parlamento Jovem a imagem da Assembleia da República chega mais longe e mais positiva. Quando em 1995 lançamos este projeto, esse era um objetivo fundamental. De todos os Órgãos de Soberania a AR foi sempre o que teve uma imagem mais negativa e distorcida. Deve-se essencialmente, por grande parte da sociedade desconhecer as funções deste Órgão legislador e fiscalizador.

Manter e dinamizar o Parlamento Jovem tem sido uma preocupação de todos os Deputados em todas as Legislaturas. Continuar este caminho é acreditar que se está a preparar uma nova geração, com conhecimento para a participação cívica.

### SESSÕES ESCOLARES

A Sessão Escolar tem uma importância especial no contexto do estudo e do debate temático. No ano anterior algumas escolas do círculo do Porto dirigiram-nos convite para assistir aos trabalhos. Ficou-se com a convicção que o programa não é aberto ao universo escolar, ficando nas turmas (pode ser apenas uma), em que o Professor manifesta vontade de assumir essa responsabilidade. Este ano testei algumas escolas, na área metropolitana do Porto, e conclui que esta convicção não estava totalmente errada.

Será um assunto que deve ser ponderado, especialmente em temas com o do presente ano, que seria importante abrangesse um elevado universo de alunos, por nos parecer que a Escola devia, de acordo com muitas das medidas recomendadas, ponderar como pode participar e acompanhar os seus alunos.

### SUGESTÃO

A transformação das Direções Regionais de Educação em direções administrativas pode tornar mais difícil o acompanhamento a que as escolas estavam habituadas, por escassez de recursos humanos e mesmo por as funções serem meramente administrativas. A criação dos mega agrupamentos, pode trazer vantagens, mas pode



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

também trazer desvantagens e como tal, considerando que tudo está ainda um pouco indefinido, sugeria-se que houvesse uma reunião do Grupo de Trabalho da CECC, que coordena os trabalhos do Parlamento Jovem, com o ME com o fim de se redefinir este organigrama de trabalho. Em causa estão as Sessões Escolares, a avaliação pedagógica dos trabalhos e a organização das Sessões Distritais, assim como as deslocações à Sessão Nacional e eleição dos Membros da Mesa.

### SESSÕES DISTRITAIS

Esta abordagem será dividida em duas partes, por se considerar que há abordagens diferentes:

1. A preparação destas Sessões era, no ensino básico, da responsabilidade das Direções Regionais de Educação, que indigitavam uma técnica responsável pelo parlamento Jovem. No ano que finda, com a extinção das equipas de apoio às Escolas, coube a estas técnicas a responsabilidade organizativa dessas Sessões que, como se referiu, correram muito bem, evidenciando boa organização. É um trabalho muito exigente, por envolver todo um círculo (distrito), com escolas dispersas e é preciso garantir transporte para o local de realização da Sessão e ainda almoço e uma pequena merenda aos alunos. Pergunta-se, no próximo ano se estas técnicas se manterão em funções de apoio ao Parlamento Jovem, ou qual será alternativa de apoio do ME enquanto parceiro da AR para o PJ.
2. Volta-se a equacionar o modelo da Sessão Distrital. Nos grandes círculos, com muitas escolas (Porto, Viana do Castelo, Viseu e Braga) as Sessões prolongam-se até muito tarde, o que leva a que alguns alunos, por motivo de transporte, saiam antes de terminarem fases importantes como as votações para eleger as escolas que vão à Sessão Nacional e outras. Há sempre desabafos e desânimos nestes círculos. Professores e alunos queixam-se dos alunos terem muito pouco tempo para debate, sendo este muito importante, para os alunos que não são eleitos para a Sessão Nacional. Na verdade um total de 40 ou mesmo cinquenta e tal escolas dá um total de “deputados” de mais de cem alunos, o que para uma Sessão que começa sempre depois das nove horas e deve acabar por volta das 17H30 é manifestamente pouco tempo, se considerarmos a OT é vasta e a grelha de tempos prevista limitada. Em cada ano se escreve sobre este problema e em cada ano se conclui, no fim de cada Sessão que é necessário fazer algo para alterar este modelo. Aparecem sempre sugestões, mas passa-se ao ano seguinte sem que nada se faça, para se voltar a reconhecer que é preciso alterar.

### *SUGESTÃO*

Deixa-se ao Grupo de Trabalho da CECC o pedido para se debruçar sobre este assunto. Alguns professores sugerem a realização de duas Sessões para esses círculos, outros sugerem que haja mais rigor na avaliação dos trabalhos





## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

das escolas e se elimine quando não haja qualidade, outros ainda sugerem que a Sessão se realize em dois dias.

Por nós limitamo-nos a recomendar que não deve ser a AR a ficar com o ónus de eliminar ESCOLAS. Ao ME caberá a avaliação rigorosa dos trabalhos das Escolas e da **Sessão Escolar**, meios fundamentais para diminuir o elevado número de escolas em alguns círculos. Compreendemos que decidir é sempre difícil e de grande responsabilidade, mas num caso como este é ainda mais difícil.

Também nestes círculos, com elevado números de escolas, se torna visível a existência de grupos de escolas, que fazem “lobby” para a eleição para a Sessão Nacional, o que gera alguma frustração em professores e alunos. Há escolas que sistematicamente estão presentes na Sessão Nacional e outras, que anos após ano o não conseguem, acabando por desistir. Pormenores a que temos estado muito atentos e que parecendo de pouca valia, representam muito para os alunos participantes.

### SESSÕES NACIONAIS

Nada a comentar a não ser elogiar a organização que se deve á Coordenação Nacional da AR. (Maria José Afonso – Coordenadora, Luisa Viegas Benetti e Cecília Barata, enquanto assessoras)

### O DEBATE EM COMISSÃO

Decidiu-se dedicar um espaço a esta apreciação, por se considerar que em cada realização se regista uma crescente qualidade. O fato da reunião ser dirigida por dois Deputados acrescenta muito ao valor do debate. Este ano assistiu-se, em quase todas as Comissões, a um debate de elevada qualidade, entre os “deputados”. Boa oralidade, conhecimento temático, capacidade de reflexão e decisão, com respeito pelo debate democrático. As medidas aprovadas em cada Comissão também revelaram que decidiram com o objetivo claro de chegarem ao fim do trabalho com uma RECOMENDAÇÃO de qualidade.

Esta experiência parece-nos das mais enriquecedoras, embora não tenha a mediatização da Sessão.

Uma palavra justa à participação dos Deputados que, com dedicação e empenho, têm contribuído muito, para valorizar os trabalhos de Parlamento Jovem.

### NOTAS FINAIS

Cumpre-nos corresponder ao que os Deputados da Comissão de Educação, Ciência, Cultura e Desporto esperam do trabalho da Consultora, que nomearam para, ao longo de um ano, lhes dar informação que torne possível avaliar, com rigor, um programa da maior importância, cuja responsabilidade política e orientação pedagógica lhes cabe por inteiro.



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Em pequenas sugestões fomos dando algumas notas que nos pareceram importantes. Algumas recolhidas junto dos Professores e outras em conversas informais com este ou aquele responsável do ME ou mesmo de alunos mais esclarecidos.

Entende-se, que não se podia deixar de abordar, como reflexão, o futuro enquadramento do Parlamento Jovem, no quadro do Organigrama da Assembleia da República. Este programa iniciado em 1995 foi lançado, executado e coordenado por uma Deputada, com o apoio de dois Departamentos da AR (Divisão de Apoio ao Plenário e Relações Públicas). No ano seguinte, 1996, por imperativo de coordenação e execução, ficou adstrito ao Gabinete do PAR, mas o acompanhamento político e pedagógica era das Comissões de Educação e Juventude, que em conjunto subscreveram uma Proposta para que o Parlamento Jovem fosse considerado como um programa da AR.

Em 2001, nova alteração imposta pela mudança política. Foi criada um grupo de Coordenação com três elementos a que se juntou uma Secretária e a Comissão de Educação entendeu nomear uma Consultora, cujas funções eram essencialmente de acompanhamento do programa, nas várias fases, cooperar com as escolas, DRES e a Equipa Coordenadora, cabendo-lhe no final de cada ano, elaborar um relatório de informação e análise.

Ao longo destes anos, mesmo com a mudança da primeira Coordenadora Nacional, o balanço é muito positivo, mas entretanto, as aposentações e a necessidade de reduções e reorganizações nos funcionários da administração pública, em que a AR está incluída, leva-nos a pensar que eventualmente será tempo para se iniciar uma reorganização de funcionamento, mais próximo da Comissão de Educação, Ciência, Cultura e Desporto.

Assim, seria de equacionar a integração do Parlamento Jovem no “Apoio às Comissões”, em articulação direta com a CECC. A assessoria que é feita á CECC não seria sobrecarregada com este programa, considerando que o “staff” existente do Parlamento Jovem conta com duas assessoras e a Coordenadora. Refletir agora, será eventualmente ponderar o futuro com serenidade e garantir que o Parlamento Jovem tenha uma estrutura sólida de continuidade.

Uma outra nota centra-se na necessidade de rever os regulamentos das Sessões Distritais. Parecem-nos muito densos e com linguagem muito jurídica para jovens do 2º e 3º ciclo. Há mesmo alguns pontos do articulado que se prestam a interpretações diversas, de acordo com a leitura feita pela escola. Numa das Sessões alguns professores pronunciaram pela a necessidade de se fazerem alterações para agilizar a aplicação.

Agradeço à Comissão de Educação, Ciência, Cultura e Desporto na pessoa do Presidente, Dr. José Ribeiro e Castro a confiança depositada na consultora, o apoio e incentivo dado á decisão política, que tornou possível a continuação das funções de consultora.

Salientar a importância da presença dos Deputados nas várias fases da programação, debates nas escolas, Sessões Distritais, Comissões e Sessão



**Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

Nacional. É inquestionável que a CECC, para além da responsabilidade de acompanhamento do programa ao longo do ano, tem dado um forte contributo para a valorização do Parlamento Jovem, como um Projeto de intervenção cívica na formação dos jovens portugueses. O Parlamento Jovem é o único espaço institucional onde os “Jovens” podem pronunciar-se sobre as políticas que lhes dizem diretamente respeito.

Porto, Ramalde, 21 de Junho de 2012.

Julieta Sampaio  
Consultora



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão Parlamentar de  
Educação, Ciência e Cultura

**Assunto: Apresentação de Propostas/Iniciativas para o desenvolvimento e a concretização do programa Parlamento dos Jovens na edição 2012/2013.**

O Parlamento dos Jovens apresenta-se anualmente no início de cada ano letivo como um Programa institucional da iniciativa da Assembleia da República, cujo modelo se caracteriza essencialmente por prosseguir objetivos educacionais vocacionados para a participação cívica dos jovens e a adequada integração na sociedade civil.

Desenvolve-se e concretiza-se através de várias ações no decorrer de cada ano letivo, tendo como agentes principais as Escolas de todo o País de qualquer sistema de ensino: público, privado ou cooperativo.

Como objetivos prossegue vários: a educação para a cidadania, o interesse pelo debate e pela participação cívica, estimulando a capacidade de expressão e de argumentação, atributos importantes para uma sociedade que se pretende empenhada na construção de novos horizontes essenciais para a inovação e o progresso.

Trata-se de uma iniciativa institucional da Assembleia da República, desenvolvida ao longo do ano letivo com as Escolas de todo o país, na qual qualquer Escola pode inscrever-se, quer seja do ensino público, privado ou cooperativo, prosseguindo objetivos de educar para a cidadania, estimular o debate e a participação cívica, desenvolvendo a capacidade de expressão e de argumentação.

Aproximando-se um novo ano letivo, cabe agora à Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura definir as orientações do Programa e acompanhar a sua execução ao longo do ano.

Neste contexto, a Coordenação da EPJ – Equipa Parlamento dos Jovens - prepara o início da edição 2012/2013 do PJ tendo por enfoque **a inovação das metodologias** seguidas na execução das ações, mantendo contudo o interesse em prosseguir o objetivo da edição anterior – **a qualidade dos projetos e das intervenções dos jovens participantes** –



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

exigindo-se textos claros e objetivos, apelando-se ao poder de síntese mantendo o interesse em prosseguir e sedimentar o objectivo no sentido de *mais qualidade*, a que se associa também a indispensável avaliação de cariz pedagógico da responsabilidade das Direcções Regionais de Educação (na qualidade de parceiro da AR para as acções do ensino básico) e submete à apreciação e aprovação da CEC propostas que se entendem adequadas, considerando as experiências assimiladas em edições anteriores e os novos desafios que se colocam a um programa em constante e inevitável evolução, que é resultante naturalmente das perspetivas dos destinatários – jovens interessados na partilha de ideias e na procura de novas metodologias que lhes proporcionem maior eficácia nos projetos em que se envolvem e a garantia do sucesso que sempre procuram alcançar.

Assim, na **I parte** do documento, apresenta-se propostas para a calendarização das várias fases do programa: datas de início e termo para a inscrição das Escolas, e para pequenas alterações às regras, tendo por objectivo colmatar omissões e clarificar algumas regras no sentido de reforçar a qualidade das acções a desenvolver em todas as etapas.

Na **II parte**, apresenta-se as propostas sobre os temas a debater na edição de 2012/2013.

### I. Calendário e regulamentos do programa

#### 7. Calendário do programa Parlamento dos Jovens para 2012/2013

##### 1.1 Inscrições das Escolas

A divulgação - por parte do Ministério da Educação e Ciência - do calendário letivo para o próximo ano só expectável na última semana de Julho, mas é essencial para a calendarização das datas relativas às várias fases do programa para 2012/2013, particularmente para as sessões distritais/regionais (2.ª fase do programa) e para as sessões nacionais, a 3.ª e última fase, que se realiza na AR.

Esta matéria constitui sempre grande motivo de preocupação devido à calendarização dos testes intermédios e exames finais por parte do MEC que podem pôr em risco as acções e os objetivos do Parlamento dos Jovens.



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Não existindo ainda na presente data qualquer informação disponível sobre a matéria, aguarda-se que seja disponibilizada pelo MEC e **propõe-se** apenas a data para a **inscrição das Escolas de 20 de Agosto a 15 de Outubro, deixando-se para mais tarde a calendarização das restantes ações.**

### 1.2 Fases/Etapas

- Debates nas Escolas – a realizar às segundas-feiras, após convite endereçado pela Direção das Escolas, com a participação dos Deputados da AR durante os meses de Setembro de 2012 a Janeiro de 2013.
- Sessões Escolares – durante o mês de Janeiro.
- Sessões Distritais/Regionais – Fevereiro (última semana) e Março.
- Sessões Nacionais – Maio.

### 8. Alteração aos Regimentos das Sessões do Básico e do Secundário: Sessão Distrital/Regional

Decorrente da avaliação anual de cada edição do PJ - realizada pelas Entidades Parceiras (representantes da AR, do MEC e do IPDJ, I.P) que recolheram as propostas de professores e jovens – a que se associa também a preocupação em dinamizar a condução dos trabalhos nas sessões distritais, caracterizadas por contarem com uma grande participação dos jovens eleitos nas sessões escolares, apresenta-se desde já uma proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento da Sessão Distrital, (Período de Perguntas ao Deputado da AR), *fixando em 30 minutos o respetivo período.*

Outras propostas de alteração aos Regulamentos que se revelam necessárias, nomeadamente no âmbito das Sessões Distritais e ainda das Nacionais (trabalho em Comissão, designadamente), foram já remetidas aos parceiros para se pronunciarem, aguardando-se os pareceres, e brevemente - em proposta autónoma – serão submetidas à apreciação e decisão dos Senhores Deputados da CECC.

### II. Temas para a edição 2012/2013:

**Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

As **propostas de temas** para a próxima edição do PJ, aprovadas pelos jovens nas Sessões Distritais/Regionais – Básico e Secundário, constam do quadro infra e submetem-se à apreciação e deliberação da Comissão, destacando-se - pela importância e atualidade - alguns temas mais presentes (embora sem grande expressão): nas Sessões Distritais: “ **A crise económica e a visão dos jovens**” e “**A Escola multicultural: que desafios?**” no Básico.

“**Os jovens e o empreendedorismo**” e “**Imigração e Integração**” no Secundário.

**Lista dos temas propostos pelos jovens, nas Sessões Distritais/Regionais para 2012/2013**

<b>Temas</b>	<b>Básico</b>	<b>Secundário</b>
<b>Açores</b>	<b>Defesa dos direitos dos animais</b>	<b>Os jovens e o emprego: que futuro?</b>
<b>Aveiro</b>	<b>Violência Doméstica: impacto na vida dos jovens</b>	<b>A criminalidade dos jovens</b>
<b>Beja</b>	<b>A solidão: uma responsabilidade de todos nós</b>	<b>O futuro dos jovens em Portugal</b>
<b>Braga</b>	<b>Crise económica: a visão dos jovens</b>	<b>Valorizar o que é Nacional – O que é nacional é bom</b>
<b>Bragança</b>	<b>Pedofilia</b>	<b>Os Jovens e o empreendedorismo</b>
<b>Castelo Branco</b>	<b>Futuro dos jovens em Portugal</b>	<b>Os Jovens e o Desemprego</b>
<b>Coimbra</b>	<b>Gravidez na adolescência</b>	<b>Ensino público e ensino privado em Portugal</b>
<b>Europa</b>	<b>–</b>	<b>Imigração e integração</b>
<b>Fora da Europa</b>	<b>Consumo de álcool e drogas na escola — como prevenir</b>	<b>Imigração e integração</b>
<b>Évora</b>	<b>Preservação do Património Histórico</b>	<b>Igualdade de Oportunidades</b>
<b>Faro</b>	<b>Violência Doméstica</b>	<b>A Europa e Nós</b>
<b>Guarda</b>	<b>Circulação de Drogas nas Escolas: Um Problema Emergente</b>	<b>Ensino Profissional – Que Futuro?</b>
<b>Leiria</b>	<b>Futuro dos Jovens em Portugal</b>	<b>Turismo em Portugal</b>
<b>Lisboa</b>	<b>Emprego para os Jovens. Que futuro?</b>	<b>O estado da justiça em Portugal</b>
<b>Madeira</b>	<b>O empreendedorismo na luta contra a crise económica</b>	<b>Que futuro profissional para os jovens</b>
<b>Portalegre</b>	<b>Gravidez na adolescência</b>	<b>Interioridade e desertificação</b>



**Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

<b>Porto</b>	<b>Dependências (drogas, álcool, videojogos, telemóvel, internet...) que afetam o desempenho escolar</b>	<b>O Empreendedorismo</b>
<b>Santarém</b>	<b>As medidas Anti-Crise</b>	<b>Os jovens e a emigração</b>
<b>Setúbal</b>	<b>A Escola multicultural: que desafios?</b>	<b>A problemática das saídas profissionais</b>
<b>Viana do Castelo</b>	<b>Os jovens e o emprego do futuro</b>	<b>Eutanásia</b>
<b>Vila Real</b>	<b>Ultrapassar a crise</b>	<b>Empregabilidade e juventude</b>
<b>Viseu</b>	<b>Vícios na adolescência</b>	<b>A empregabilidade dos jovens</b>

29 de junho de 2012

Maria Inês Afonso  


Coordenadora da Equipa Parlamento dos Jovens



**PROPOSTA /ALTERAÇÃO REGIMENTOS**

**PARA 2012.2013**

**BÁSICO/SECUNDÁRIO**

**1. Alteração aos Regimentos das Sessões do Básico e do Secundário**

Consequência da experiência decorrente da realização das várias ações que tiveram lugar no âmbito da edição 2011.2012 do Programa Parlamento dos Jovens, concluída com as Sessões Nacionais dos ensinos Básico e Secundário, bem como dos contributos recebidos das entidades parceiras, nomeadamente das Coordenadoras das Direções Regionais de Educação e do Instituto do Desporto e Juventude, submete-se para apreciação dos Senhores Deputados da CECC as seguintes **propostas para alteração** de algumas regras que constituem os **regimentos** do **básico** e do **secundário**, que se consideram necessárias para melhorar o funcionamento das sessões distritais/regionais e nacionais na **edição de 2012.2013 do Parlamento dos Jovens**.

**Regimentos: Básico/Secundário**

**1.1 Regulamento da Sessão Distrital/Regional**

**Artigo 5.º**

1. (...)
2. (...)
3. (...)
4. (...) Regulamento do Secundário com redação igual à do Regulamento do Básico.

Em situações em que se verifiquem dois empates consecutivos em votações, a Mesa deve decidir a favor da Escola onde tiver havido maior número de listas no ato eleitoral ou maior percentagem de votantes



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

(relativamente ao número de eleitores inscritos), no caso de aquele número ser idêntico.

5. (...)

### Artigo 9.º - Período de perguntas ao Deputado da AR

3. O Presidente abre o período de inscrições para perguntas a apresentar por um (1) deputado por Escola ou por grupos de Escolas (*a regra é formar grupos mas tal vai depender do número de Escolas participantes*).
4. O Deputado responde a cada pergunta ou a grupos de perguntas, como preferir, cabendo-lhe aceitar perguntas adicionais, se houver tempo disponível. Esta fase não deve exceder, em princípio, **30 minutos**.

### Artigo 11.º - Eleição dos deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens

(...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

d) (...)

- e) O Presidente anuncia os resultados e os nomes das Escolas selecionadas. Em caso de empate repete-se a votação das mais votadas. Se houver dois empates consecutivos na votação, é selecionada a Escola onde tiver havido maior número de listas no ato eleitoral ou maior percentagem de votantes (relativamente ao número de eleitores inscritos) caso aquele número seja idêntico;
- f) Os deputados eleitos à Sessão Nacional são, em princípio, os dois mais votados da lista da sua Escola (conforme constam na lista publicitada). Informa ainda que os deputados não eleitos dessas Escolas são deputados



## **Comissão de Educação, Ciência e Cultura**

suplentes à Sessão Nacional, podendo vir a substituir algum dos efetivos;  
(redação contida na anterior alínea e);

- g) (mantém a redação da anterior alínea f);
- h) (mantém a redação da anterior alínea g);

### **Artigo 12.º - Eleição do Porta-Voz do círculo eleitoral**

1. (...)
2. a) (...)  
b) (...)  
c) (...)  
d) Em caso de dois empates consecutivos, é selecionado o candidato em cuja Escola tiver havido maior número de listas no ato eleitoral ou maior percentagem de votantes (relativamente ao número de eleitores inscritos) caso aquele número seja idêntico.

### **Artigo 14.º - Proposta de um tema para o ano seguinte**

- As propostas sobre temas aprovados nas Sessões Escolares constam de uma lista que é distribuída no início dos trabalhos, em que cada deputado assinada com X um tema da sua preferência.
- Em caso de empate a Mesa delibera por voto secreto.
- O tema mais votado em cada círculo eleitoral é submetido à consideração da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura que delibera sobre qual o tema da edição seguinte do Parlamento dos Jovens.

## **Regulamento das Comissões**

#### **Artigo 4.º Organização e regras das Reunião**

1. (...)

2. (...)

3. (...)

4. (...)

5. Se, em qualquer votação, (...) o desempate é feito tendo em conta o número de listas eleitorais (...)

#### **Artigo 5.º Debate dos Projetos de Recomendação**

1. (...)

2. (...)

3. (...)

#### **4. Debate e votação na especialidade**

Esta fase destina-se a discutir cada medida do projeto-base, podendo ser introduzidas alterações.

O Projeto de Recomendação da Comissão deve incluir obrigatoriamente três (3) medidas, não podendo exceder cinco (5).

(...)

Depois de entregues na Mesa, o Presidente ordena as propostas em três grupos: **eliminação/alteração de redação/aditamento.**

O debate e votação seguem a seguinte metodologia:

1.º(...)

2.º (...)



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

3.º (...)

4.º (...)

5.º Finalmente... uma vez que o Projeto de Recomendação da Comissão deve incluir obrigatoriamente três (3) medidas, não podendo exceder cinco (5).

Se vier a ser aprovado número superior ao limite, só as mais votadas ficam no Projeto de Recomendação.

### **Artigo 7.º Seleção de perguntas a apresentar no Plenário**

1. (...)

2. As perguntas.... sem debate. Em caso de empate aplica-se o disposto no n.º 5 do artigo 4.º .

Por último, sobre a questão da desistência de escolas e a possibilidade do número global de escolas participantes poder passar para um intervalo inferior de eleição de escolas à Sessão Nacional, a questão não se coloca, porquanto após a fixação dos critérios, feita no início do processo, não se produzem alterações sob pena de não se verificar a estabilidade necessária à continuidade do processo e das escolas envolvidas.